

Projeto de pós-doutorado prevê a tradução de pelo menos 120 poemas da poeta campineira

Escritora traduz 4 livros de Hilda Hilst

Projeto de pós-doutorado da escritora Cristiane Grando, com supervisão do professor Jorge Coli, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, prevê a tradução de quatro obras da escritora Hilda Hilst (1930-2004) para o francês. Além de verter 120 poemas dos livros "Amavisse", "Alcoólicas", "Da morte. Odes mínimas", "Cantares do sem nome e de partidas", Cristiane estuda os manuscritos dessas obras para saber em

Obra deve reunir conjunto de poemas

que medida os processos criativos da escritora poderiam dialogar com o *modus operandi* do tradutor. A pesquisa envolve também a participação da escritora na organização do "Fundo Hilda Hilst", do Centro de Documentação Cultural "Alexandre Eulalio" (Ceda), que pertence ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

A pesquisa, intitulada "Do desejo e da morte – tradução de poemas de Hilda Hilst para o francês a partir do estudo dos manuscritos", deve estar concluída em um ano. Um texto sobre tradução vai figurar como prólogo de um livro que Cristiane pretende lançar. "Trabalho com a idéia de que o tradutor tem de estar acostumado a lidar com perdas. E saber avaliar em que aspectos é possível amenizá-las. É preciso interpretar o texto o tempo todo, conhecer e reler constantemente a obra do autor". Na opinião da autora da pesquisa, o pós-doutorado é uma oportunidade de "de dar um passo a mais" em seu trabalho.

Graduada em Letras na USP, onde também realizou pós-graduação, Cristiane, orientada por Philippe Willemart, vem estudando há 10 anos a obra de Hilda Hilst – incluindo mestrado (1998) e doutorado (2003) sobre a autora de "Amavisse", tempo suficiente para tornar-se referência no assunto. "Sou muito procurada por estudantes, pesquisadores e até mesmo por autores que encenam peças e textos hilstianos". A pesquisadora lembra que, aos poucos, a obra de Hilda está sendo mais difundida.



Foto: Antoninho Perri
Cristiane Grando: "O tradutor tem de estar acostumado a lidar com perdas"



Foto: Antoninho Perri
O escritor e tradutor chileno Leo Lobos: elogios à literatura brasileira

"Quando comecei meu projeto de mestrado, em 1995, eram no total apenas quatro doutorados ou mestrados sobre sua obra. Hoje está difícil catalogar todas as pesquisas. Ademais, muitas universidades já introduziram a obra de Hilda Hilst em cursos de literatura e até mesmo no vestibular".

Dizendo-se "apaixonada" pela obra da escritora, o primeiro objetivo de Cristiane é continuar estudando os trabalhos de Hilda e aprofundar suas pesquisas em crítica genética (estudos literários de manuscritos modernos e contemporâneos). A procura por um novo enfoque e sua afinidade com a França, onde morou duas vezes, levaram Cristiane ao desafio de verter as obras. As revisões dos textos traduzidos serão definidas na França, para onde Cristiane volta no ano que vem, com o objetivo de realizar um trabalho em parceria com a poeta e professora francesa Espérance Anies. Depois de concluir o pós-doutorado, Cristiane vai em busca de uma editora que publique seu trabalho em edição bilingüe. Algumas obras de Hilda Hilst já foram publicadas na França, inclusive pela prestigiosa Gallimard. Cristiane conviveu com Hilda a nos

últimos anos de vida da escritora. Lembra que, ao finalizar o mestrado sobre "Amavisse", levou para a poeta o trabalho impresso. "Hilda chorou de emoção, talvez por ter se identificado com o lado artístico do projeto", relembra Cristiane, que diz ter como influências, além da própria Hilda, Baudelaire, Manuel Bandeira e Drummond.

Para Cristiane, a originalidade de sua pesquisa consiste na observação dos processos criativos do autor e do tradutor. "Para traduzir poesia é muito importante ser poeta; é mais fácil para trabalhar e repensar os processos de criação e tradução. Sempre gostei de traduzir os meus próprios poemas porque tenho mais liberdade de criação, o que acaba influenciando os processos tradutórios como um todo".

Já pensando no pós-doutorado, Cristiane traduziu para o francês seu último livro de poemas "Fluxus", recém-lançado, experiência também compartilhada com Espérance Anies. "Escrever e traduzir são processos bastante diferentes porque na tradução você parte de um texto que já existe. A liberdade não é total. É preciso, com a experiência, conquistá-la pouco



Foto de Jorge Bercht, que foi exposta na Casa do Lago juntamente com obras de Cristiane Grando

Um poema de Cristiane Grando*

*pensas
que sou feita
de carne, ossos, sangue?*

não

sou vento, chuva, fogo, nada

**Extrato do livro "Fluxus"*

a pouco. No meu projeto de pós-doutorado, é um desafio verter para uma língua que não é a minha língua materna". Os poemas de "Fluxus" também foram traduzidos para o espanhol pelo escritor, tradutor e ilustrador chileno Leo Lobos e para o inglês pela professora norte-americana Levana Saxon. Leo Lobos participa de "Fluxus" também como ilustrador.

O projeto da pesquisadora de mergulhar no universo da tradução consolidou-se depois de conhecer Lobos, durante uma residência internacional promovida pela Unesco, que concedeu a bolsa de criação Unesco-Aschberg aos melhores projetos artísticos, avaliados por uma comissão em Paris. No transcorrer do projeto, ambos moraram na cidade francesa de Marnay-sur-Seine, entre setembro de 2002 e janeiro de 2003. Da convivência nasceu o livro "Caminantes",

que reúne poemas de Cristiane escritos em francês e português, traduzidos por Lobos ao espanhol.

Lobos, que tem uma extensão produzida poética no Chile, revela sua admiração pela literatura brasileira, classificando-a de "extraordinária" no contexto latino-americano. "Infelizmente, a barreira idiomática impede que seja mais conhecida. O Brasil tem uma riqueza cultural fascinante. Para mim, trata-se de um exercício muito interessante a tradução dos poemas de Cristiane para o espanhol", argumenta o poeta.

Virtual – A rápida difusão da Internet transformou-se, para Cristiane Grando, em aliada na sua empreitada. A escritora lembra que, com o advento da rede mundial, os poemas podem ser lidos em qualquer canto do planeta. "Publicar um livro em várias línguas oferece a oportunidade de fazê-lo migrar para um site. Com isso, você ganha leitores no mundo todo", comemora a pesquisadora, que prega a recriação como ferramenta fundamental na tradução.

A escritora incursiona também pela fotografia. Recentemente, a Casa do Lago da Unicamp abrigou a exposição "Crônicas do Cotidiano", que reuniu fotografias suas e de Jorge Bercht, engenheiro-arquiteto formado na USP, radicado em Cerquillo, cidade do interior paulista, onde Cristiane nasceu e desenvolveu atividades na área de gestão cultural em parceria com Bercht e Lobos. (A.K.)

Pesquisa analisa mineração em terras indígenas

MANUEL ALVES FILHO
manuel@revista.unicamp.br

A exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas brasileiras, tema historicamente polêmico e explosivo, acaba de ser analisado na dissertação de mestrado da advogada Melissa Volpato Curi, apresentada no Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. Ela tomou para estudo a Terra Indígena Roosevelt, em Rondônia, área ocupada pela etnia Cinta Larga. Tendo como referência dois projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que tratam da regulamentação dessa atividade, a pesquisadora considerou quatro cenários possíveis. A principal preocupação da autora foi avaliar a sustentabilidade dos modelos que, pelas suas hipóteses, poderiam surgir a partir da aprovação das propostas que estão sendo discutidas pelos parlamentares.

De acordo com Melissa, os dois projetos de lei que tramitam no Congresso são muito parecidos, embora um atenda aos interesses da chamada "bancada da mineração" e o outro, da "bancada indígenista". Um ponto importante que diferencia a primeira proposta, formulada em 1991, da segunda, que data de 1996, é a ausência da realização do estudo prévio e do relatório de impacto ambiental para a exploração dos recursos minerais nas terras ocupadas pelos índios. Tal exigência,



Foto: Antoninho Perri/Divulgação
Pesca de Cinta Larga e área devastada: pesquisadora considera quatro cenários possíveis para o impasse



Foto: Antoninho Perri/Divulgação
A advogada Melissa Volpato Curi, autora da dissertação: "Cada caso deve ser analisado separadamente"

conforme a pesquisadora, sequer deveria ser motivo de discussão, visto que está contemplada na Constituição Federal. Na perspectiva da advogada, existem quatro alternativas possíveis para a questão da mineração nas áreas indígenas.

A primeira, diz, é que a atividade de mineração seja restrita à atuação de empresas. Nesse caso, a autora da dissertação

entende os trabalhos deveriam ser precedidos do estudo e do relatório de impacto ambiental e social, de modo a preservar tanto os recursos naturais quanto a cultura e o bem-estar dos índios. "Penso que a melhor opção seria a criação de uma estatal para explorar os recursos naturais, pois isso permitiria, por exemplo, uma maior fiscalização dos

trabalhos. Não sei, entretanto, se essa proposta poderia vingar num contexto em que prevalecem as idéias neoliberais". A segunda alternativa seria autorizar a mineração por parte dos garimpeiros. Essa saída, na opinião de Melissa, seria desastrosa. "Nós já conhecemos os resultados desse modelo. O garimpo traz, invariavelmente, danos ambientais e sociais, como assoreamento de rios, destruição da mata ciliar, consumo de drogas e prostituição".

A terceira hipótese é a de que os próprios índios sejam autorizados a explorar os recursos minerais. Embora a Constituição não trate dessa questão, o Estatuto do Índio diz que "a garimpagem em terras indígenas é exclusividade dos índios". Os Cinta Larga, segundo Melissa, reivindicam esse direito, a exemplo do que fez, com relativo sucesso, a etnia Waiãpi, do Amapá. "Essa hipótese também tem de ser analisada com cuidado, pois pode trazer resultados negativos. Talvez isso seja viável com a participação do Estado, que se encarregaria de capacitar os índios para essa tarefa. Nesse caso, a atividade deveria fazer parte de um projeto de revitalização da cultura local, de modo que a garimpagem fosse mais uma forma de subsistência daquele povo", analisa a advogada.

Por último, há a possibilidade de a mineração ser totalmente proibida em terras indígenas. Na opinião de Melissa, essa hipótese também deve ser levada em conta, dado que poderá haver o entendimento de que o interesse nacional, entendido

como a preservação dos índios e da sua cultura, sobrepõe-se ao interesse econômico. Segundo a autora da dissertação, que foi orientada pelo professor Hildebrando Herrmann e contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é preciso que haja algum marco legal em relação à mineração, mas esta regulamentação não pode ser geral. "Penso que cada caso deve ser analisado separadamente, uma vez que cada etnia ou região tem as suas particularidades".

Apenas para se ter uma idéia do que está em jogo no que toca à regulamentação da exploração e aproveitamento dos recursos minerais em terras indígenas, basta saber que a estimativa é de que a área ocupada pelos Cinta Larga em Rondônia dispõe de uma reserva de diamante da ordem de 1 milhão de quilates por ano, que equivaleria, segundo alguns cálculos, a US\$ 3,5 bilhões. A Polícia Federal avalia que entre 2002 e 2003, aproximadamente US\$ 50 milhões em diamantes tenham saído ilegalmente da região com destino ao exterior. Não por acaso, aquele ponto do país tem sido palco de sérios conflitos. Em abril de 2004, os Cinta Larga mataram 29 garimpeiros que agiam irregularmente em suas terras. "Aquele área ainda vive em constante tensão, o que mostra que a regulamentação da mineração não pode ser protelada por muito mais tempo. Além disso, as propostas devem obedecer ao princípio da sustentabilidade", adverte Melissa.